EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA SÃO JOSÉ DO OURO:

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL** , por intermédio da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor de Porto Alegre, localizada na Rua Santana nº 440, 4º andar, vem, perante Vossa Excelência, requerer **TUTELA CAUTELAR EM CARÁTER ANTECEDENTE, COM PEDIDO DE LIMINAR INAUDITA ALTERA PARTE** , com fulcro nos artigos 300, § 2º e 305 do Código de Processo Civil, contra o posto de combustíveis denominado "**Comercio de Combustíveis da Praça Ltda.**", CNPJ nº 32.011.681/0001-80, sediado na Avenida Frei Teófilo,14 - sala 1, em Machadinho/RS, nesta Comarca, pelos motivos de fato e de direito que passa a expor:

1. Dos fatos e fundamentos jurídicos:

O Ministério Público, Fundação de Ciência e Tecnologia – CIENTEC, Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO/RS e Secretaria de Justiça e da Segurança do Estado do Rio Grande do Sul, firmaram Termo de Convênio tendo por objeto a atuação conjunta dos mencionados órgãos no sentido de "prevenir e coibir qualquer alteração dos combustíveis que tenha o potencial de torná-los inadequados ou impróprios ao consumo, ou que de alguma forma desrespeite às exigências de qualidade ditadas pelo Código de Defesa do Consumidor e pela legislação específica aplicada, seja na esfera administrativa, cível ou criminal".

Documento assinado digitalmente · Chave: 000030327804@SIN · CRC: 30.9218.0698

Além disso, também foi firmado Convênio de Cooperação Técnica e Operacional entre a Agência Nacional do Petróleo – ANP e o Colégio de Procuradores Gerais de Justiça do Brasil, conjuntamente com os Ministérios Públicos dos Estados e do Distrito Federal e Territórios, cujo objetivo consiste no estabelecimento de uma sistemática de cooperação técnica e operacional, dotando o Ministério Público de instrumentos técnicos relevantes para a persecução aos crimes e abusos praticados no mercado de consumo que envolvam a impropriedade ou inadequação de combustíveis e seus derivados.

Em face disso, a Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Consumidor de Porto Alegre passou a atuar, sistematicamente, no monitoramento da qualidade dos combustíveis comercializados pelos postos revendedores no Estado do Rio Grande do Sul, inclusive dispondo de laboratório móvel para esta finalidade.

Em decorrência desse trabalho sistemático, a fim de impedir o fornecimento de combustíveis fora das especificações legais, foram ajuizadas mais de 490 ações cautelares, em diversas comarcas do Estado, todas com liminares deferidas.

A título de amostragem, cita-se Porto Alegre, Vacaria, Soledade (Barros Cassal), Cachoeirinha, Osório (Terra de Areia), Torres (Três Cachoeiras e Morrinhos do Sul), Santo Augusto (Chiapetta), Marau, Guaíba, Encruzilhada do Sul (Dom Feliciano), Santa Vitória do Palmar, Camaquã, Casca (Nova Araçá), Itaqui (Maçambará), São Valentim, Frederico Westphalen (Pinheirinho do Vale e Palmitinho) Cruz Alta, Bagé, Jaguari, Sarandi, Santo Antônio das Missões, São José do Ouro (Barracão e Machadinho), Lagoa Vermelha, Camaquã (Cristal), Caxias do Sul (Galópolis), Nova Petrópolis, Catuípe, São Leopoldo, Santa Cruz do Sul, Rio Pardo, Butiá (Minas do Leão), Palmares do Sul, Guaíba, Canoas, Três de Maio (Independência), Espumoso

Documento assinado digitalmente · Chave: 000030327804@SIN · CRC: 30.9218.0698

(Campos Borges), Carazinho, São Jerônimo (Barão do Triunfo), Canoas, Alvorada, Barra do Ribeiro, Viamão, São Luiz Gonzaga, S anta Bárbara do Sul, São Marcos, Nonoai, São Martinho (Santo Augusto), Cruz Alta, Palmeira das Missões, Seberi, Bento Gonçalves, Campina das Missões, Santo Cristo (Alecrim), Rio Pardo, Xangri-lá, Cachoeira do Sul (Novos Cabrais), Santa Maria, São Gabriel, Bagé, Pelotas, Esteio, Sapucaia do Sul, Alegrete, Brochier (Montenegro), Estação (Getúlio Vargas), Augusto Pestana, Nova Santa Rita (Canoas), São Jerônimo, Farroupilha, Camaquã, Antônio Prado, Tenente Portela, Itaqui, Mostardas, Campo Novo, Canguçu, Ronda Alta, Viadutos, Júlio de Castilhos, Faxinal do Soturno, Santo Augusto, Novo Hamburgo, Uruguaiana, Severiano de Almeida (Erechim), Cachoeira do Sul e Encruzilhada do Sul (Amaral Ferrador) e Constantina (Liberato Salzano).

Na data de 03.10.2023 aportou nesta Especializada laudo de monitoramento realizado pela UFRGS -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em conjunto com Agência Nacional de Petróleo - ANP, referente à coleta e análise de óleo diesel S500 comum efetuada no posto demandado que apresentou resultado fora dos parâmetros legais.

A respeito do resultado, a conclusão do Engenheiro Químico do Ministério Público, Fabiano Porto da Fontoura, no Parecer Técnico nº 151/2023/PJDC/MP:

> "*O referido posto está sendo investigado, pois o monitoramento realizado pela UFRGS -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em conjunto com Agência Nacional de Petróleo - ANP, em 25/09/2023, indicou que o referido posto comercializou óleo diesel S500 comum fora das especificações legais, pois a amostra analisada pelo Instituto de Química da UFRGS apresentou teor de biodiesel igual a 10,8 % (V/V) (conforme Comunicação Imediata enviada pela*

Documento assinado digitalmente · Chave: 000030327804@SIN · CRC: 30.9218.0698

UFRGS), sendo que a Resolução Nº 16, de 29 de outubro de 2018, do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, que dispõe sobre a adição obrigatória de Biodiesel ao óleo Diesel comercializado ao consumidor final, a qual estabelece o percentual de Biodiesel no óleo Diesel de no mínimo 13 % (treze por cento) e no máximo 15% (quinze por cento), a partir de 1o de março de 2021, com uma margem de erro de ± 0,5% (atualizada pela Resolução Nº 03/2023, para 12% até 15%, a partir de 01/04/2023).

A amostra analisada, em 02/10/2023, pelo Instituto de Química da UFRGS apontou que o posto em questão estava comercializando óleo Diesel combustível S500 comum fora de especificação, eis que apresentou 10,8% de Biodiesel, sendo que a Resolução Nº 16, de 29 de outubro de 2018, do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, que dispõe sobre a adição obrigatória de Biodiesel ao óleo Diesel comercializado ao consumidor final, estabelece o percentual de Biodiesel no óleo Diesel de no mínimo 13 % (treze por cento) e no máximo 15% (quinze por cento), a partir de 1o de março de 2021, com uma margem de erro de ± 0,5% (atualizada pela Resolução Nº 03/2023, para 12% até 15%, a partir de 01/04/2023).

Conforme o programa estipulado pelo Governo Federal, a adição de Biodiesel ao Diesel, tem a finalidade de diminuir as emissões de poluentes atmosféricos por ocasião da queima deste combustível em veículos automotores, logo havendo a adição do Biodiesel ao Diesel em proporção inferior aos 12% (no mínimo) estipulados pela Resolução Nº 03/2023, do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, conclui-se que os veículos que se utilizarem deste combustível irão emitir, proporcionalmente, poluentes atmosféricos em quantidades acima do que seria emitido se o produto estivesse conforme o padrão.

Documento assinado digitalmente · Chave: 000030327804@SIN · CRC: 30.9218.0698

Sendo assim, considerando o resultado do Laboratório da UFRGS, o referido posto, em 25/09/2023, estava comercializando óleo Diesel Combustível S500 comum, fora das especificações legais para o teor de biodiesel.

Este é o parecer".

Trata-se, portanto, de produto impróprio para o consumo, nos termos do art. 18, § 6º, incs. II e III, do Código de Defesa do Consumidor:

"Art. 18. (...)

6º. São impróprios ao uso e consumo:

(...)

II- os produtos deteriorados, alterados, adulterados, avariados, falsificados, corrompidos, fraudados, nocivos à vida ou à saúde, perigosos ou, ainda, aqueles em desacordo com as normas regulamentares de fabricação, distribuição ou apresentação;

III- os produtos que, por qualquer motivo, se revelem inadequados ao fim a que se destinam."

A prática viola a Lei n° 9.847/99, que dispõe sobre a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis:

"Art. 3°. A pena de multa será aplicada na ocorrência das infrações e nos limites seguintes:

Documento assinado digitalmente · Chave: 000030327804@SIN · CRC: 30.9218.0698

(...)

II – importar, exportar, revender ou comercializar petróleo, seus derivados básicos e produtos solventes, gás natural e condensado, e álcool etílico combustível, em quantidade ou especificação diversa da autorizada, bem como dar ao produto destinação não permitida ou diversa da autorizada, na forma prevista na legislação aplicável;

(...)

XI – comercializar petróleo, seus derivados básicos e produtos, gás natural e condensado, e álcool etílico combustível com vícios de qualidade ou quantidade, inclusive aqueles decorrentes da disparidade com as indicações constantes do recipiente, da embalagem ou rotulagem, que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor (...)"

Tal dispositivo deve ser interpretado conjuntamente ao art. 5º do mesmo diploma, que dispõe o seguinte:

Art. 5º Sem prejuízo da aplicação de outras sanções administrativas, a fiscalização poderá, como medida cautelar:

I interditar, total ou parcialmente, as instalações e equipamentos utilizados se ocorrer exercício de atividade relativa à indústria do petróleo, gás natural, seus derivados e biocombustíveis sem a autorização exigida na legislação aplicável;

Documento assinado digitalmente · Chave: 000030327804@SIN · CRC: 30.9218.0698

II - interditar, total ou parcialmente, as instalações e equipamentos utilizados diretamente no exercício da atividade se o titular, depois de outorgada a autorização, concessão ou registro, por qualquer razão deixar de atender a alguma das condições requeridas para a outorga, pelo tempo em que perdurarem os motivos que deram ensejo à interdição;

III - interditar, total ou parcialmente, nos casos previstos nos incisos II, VI, VII, VIII, IX, XI e XIII do art. 3o desta Lei, as instalações e equipamentos utilizados diretamente no exercício da atividade outorgada;

IV - apreender bens e produtos, nos casos previstos nos incisos I, II, VI, VII, VIII, IX, XI e XIII do art. 3o desta Lei".

Por derradeiro, o art. 1°, *caput* , e inc. III, da Lei n° 9.478/97, que dispõe sobre a política energética nacional, prevê que: " ***As políticas nacionais para o aproveitamento racional das fontes de energia visarão aos seguintes objetivos: inc. III – proteger os interesses do consumidor quanto ao preço, qualidade e oferta dos produtos*** " (grifou-se).

A comercialização de combustível fora dos padrões legais acarreta lesão aos direitos e interesses transindividuais e individuais homogêneos do consumidor (artigos 2º, parágrafo único, 29 e 81, p. único, incisos I e III, todos do CDC), os quais o Ministério Público busca proteger judicialmente.

No caso em vista, os interesses individuais homogêneos e os interesses difusos relacionam-se com o risco de lesão criado aos consumidores do combustível e para toda a coletividade, na medida em que esta é composta por potenciais clientes da empresa demandada (pois esta oferece seus produtos para todo o público), bem como

Documento assinado digitalmente · Chave: 000030327804@SIN · CRC: 30.9218.0698

pelo abalo provocado nas relações de consumo (que se mostra ainda mais considerável quando recordamos a magnitude que alcançou, nos últimos tempos, o problema da comercialização de combustíveis fora das especificações legais).

Os veículos que se utilizarem deste combustível irão emitir, proporcionalmente, poluentes atmosféricos em quantidades acima do que seria emitido se o produto estivesse conforme o padrão.

Registre-se, ainda, que o referido posto de combustíveis é reincidente na prática abusiva de comercialização de produtos fora das especificações legais, já que está sendo demandado por esta Especializada no processo n° 50022108120238210127 em tramitação nesta Comarca, ajuizado recentemente, em 19.07.2023, em virtude da venda de etanol com vício de qualidade, inclusive com liminar deferida por este Juízo.

2. Dos pressupostos específicos da ação cautelar e da medida liminar:

Na situação descrita encontram-se presentes todas as condições exigidas para o deferimento dos pedidos cautelar e liminar, restando evidente que o seu deferimento poderá evitar graves prejuízos aos consumidores individualmente considerados e a coletividade de consumidores como um todo.

O *fumus boni iuris* é revelado pela análise técnica realizada pela UFRGS, laboratório credenciado pela ANP no Estado do Rio Grande do Sul, que comprova a violação das normas protetivas do consumidor, que são de ordem pública e de interesse social, conforme Código de Defesa do Consumidor e diplomas legais já mencionados.

Documento assinado digitalmente · Chave: 000030327804@SIN · CRC: 30.9218.0698

O *periculum in mora* também está presente, diante do risco atual e grave de continuação da comercialização do produto impróprio ao consumo, circunstância que, se não for evitada, irá gerar insegurança e possibilidade de danos ao mercado de consumo.

Deve fazer-se valer, aqui, o disposto no art. 6º, inc. VI, do CDC, segundo o qual constitui direito básico do consumidor " *a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos* ".

Aplicar-se-á, também, o estabelecido nos seguintes parágrafos do art. 84 do CDC:

> *"§ 3° Sendo relevante o fundamento da demanda e havendo justificado receio de ineficácia do provimento final, é lícito ao juiz conceder a tutela liminarmente ou após justificação prévia, citado o réu.*
>
> *4° O juiz poderá, na hipótese do § 3° ou na sentença, impor multa diária ao réu, independentemente de pedido do autor, se for suficiente ou compatível com a obrigação, fixando prazo razoável para o cumprimento do preceito.*
>
> *5° Para a tutela específica ou para a obtenção do resultado prático equivalente, poderá o juiz determinar as medidas necessárias, tais como busca e apreensão, remoção de coisas e pessoas, desfazimento de obra, impedimento de atividade nociva, além de requisição de força policial"*

Documento assinado digitalmente · Chave: 000030327804@SIN · CRC: 30.9218.0698

Portanto, os requisitos legais para a concessão de liminar estão presentes com tal intensidade que justificam seu deferimento imediato, sem a oitiva da parte contrária.

3. Do pedido principal:

Em obediência ao estabelecido no art. 308 do Código de Processo Civil, destaca-se que o Ministério Público formulará, no prazo de 30 (trinta) dias, o pedido principal, com base no Código de Defesa do Consumidor e na Lei nº 7.347/85. Essa ação coletiva objetivará a condenação do réu a indenizar os danos causados aos direitos e interesses difusos e individuais homogêneos, bem como à obrigação de não mais comercializar combustível fora das especificações legais.

4. Dos pedidos:

Diante do exposto, com base nos artigos 84, §§ 3°, 4° e 5° do CDC, 12 da Lei n° 7.347/85 e art. 5° da Lei n° 9.847/99, requer, **liminarmente** , o Ministério Público:

a) a proibição de comercialização de Óleo Diesel B S500 Comum, fora das especificações legais, atualmente existente nas bombas de abastecimento do posto requerido;

b) a coleta de amostra do óleo diesel B S500 Comum nele existente, a ser efetivada pelo Oficial de Justiça, com o acompanhamento do Ministério Público e

Documento assinado digitalmente · Chave: 000030327804@SIN · CRC: 30.9218.0698

futura remessa, se houver pedido expresso do requerido, para o Laboratório de Combustíveis do Instituto de Química da UFRGS, a fim de analisar a sua qualidade, às expensas do requerido, tendo em vista o critério da responsabilidade objetiva e da inversão do ônus da prova estabelecidos no CDC;

c) o lacramento das bombas e tanques do combustível impróprio, com a respectiva medição do volume do tanque;

d) a apreensão, para fins de prova antecipada e para verificação da origem do produto, das notas fiscais referentes às três últimas aquisições de Óleo Diesel B S500 Comum pelo posto revendedor; e,

e) a fixação de multa pecuniária no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), corrigidos pelo IGP-M ou índice que venha substituir este, para o caso de descumprimento de cada uma das medidas liminares acima postuladas.

No mérito, postula-se a procedência da ação, mediante a confirmação das medidas liminares, com a suspensão da comercialização do Óleo Diesel B S500 Comum que se encontra fora das especificações legais no posto requerido.

Requer a citação do demandado para, querendo, contestar a ação, sob as penas de revelia e confissão. Requer, ainda, a sua condenação ao pagamento das custas e demais despesas processuais decorrentes da sucumbência, exceto honorários advocatícios, pois incabíveis na espécie.

Por último, requer a produção de todos os meios de prova em direito admitidos, inclusive a oitiva de testemunhas e a juntada de novos documentos. Invoca-se, desde

Documento assinado digitalmente · Chave: 000030327804@SIN · CRC: 30.9218.0698

já, o direito básico previsto no art. 6º, inc. VIII, do Código de Defesa do Consumidor, ou seja, a facilitação da proteção do consumidor em juízo pela inversão *ope judicis* do ônus da prova.

Dá-se à causa o valor de alçada.

Porto Alegre, 04 de outubro de 2023.

Alcindo Luz Bastos da Silva Filho ,
Promotor de Justiça .

Nome: **Alcindo Luz Bastos da Silva Filho**
Promotor de Justiça — 3427986
Lotação: **Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre**
Data: **04/10/2023 12h18min**

Documento eletrônico assinado por login e senha (Provimento nº 21/2023-PGJ).

Documento assinado digitalmente por (verificado em 06/11/2023 12:43:06):

Nome: **RIO GRANDE DO SUL PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA**
Data: **04/10/2023 12:18:51 GMT-03:00**

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. A conferência de autenticidade do documento está disponível no endereço eletrônico:
"http://www.mprs.mp.br/autenticacao/documento"
informando a chave **000030327804@SIN** e o CRC **30.9218.0698**.

1/1

Documento assinado digitalmente · Chave: 000030327804@SIN · CRC: 30.9218.0698